



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Contrarreformas ou Revolução: respostas ao
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Mesa Coordenada Juventudes diante da crise estrutural do capital: entre violações e resistência.

**OCUPAÇÕES ESTUDANTIS EM 2016: LUTAS, APRENDIZADOS E
VIOLAÇÕES DE DIREITOS DA JUVENTUDE**

Luís Antonio Groppo¹

Resumo

O artigo apresenta resultado de pesquisa e reflexões do Grupo de Estudos sobre a Juventude da Universidade Federal de Alfenas acerca das ocupações estudantis, tanto de Instituições de Educação Superior, quanto de escolas públicas, no Sul de Minas Gerais. Destaca-se o evento Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, em novembro de 2017. Verificou-se que, ainda mais do que as experiências políticas e formativas propiciadas pela participação na ação coletiva, marcavam as memórias das e dos ocupas, os sofrimentos e as angústias provocados por ameaças, repressões e retaliações, durante e após as ocupações. O Grupo buscou fazer a denúncia das violações dos direitos sofridas por ocupas, em especial secundaristas, diante do poder público estadual, em intervenções em eventos públicos.

Palavras-chave: Ocupação; Movimento estudantil; Ação coletiva.

Student occupations in 2016: struggles, learning and violations of youth rights

Abstract: This article presents research results and reflections of the *Grupo de Estudos sobre a Juventude da Universidade Federal de Alfenas* (Study Group on Youth at the Federal University of Alfenas) on student occupations, both in Higher Education Institutions and public schools in the South of Minas Gerais. It is worth mentioning the event *Seminário Memorial das Ocupações Estudantis* (Seminar Memorial of Student Occupation), November 2017. It was verified that, even more than the political and formative experiences provided by participation in collective action, marked the memories of the squatters, the sufferings and the anguish caused by threats, repression and retaliation, during and after occupations. The Group sought to denounce violations of rights suffered by squatters, especially secondary school students, in the presence of state public authorities, in interventions at public events.

Keywords: Occupation; Student movement; Collective action.

1. Introdução.

Inicialmente, o artigo faz uma reflexão sobre material coletado pelo Grupo de Estudos sobre a Juventude da Universidade Federal de Alfenas (UNIFAL-MG), tanto em projeto de extensão quanto na pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”, a respeito da participação de jovens secundaristas e da Educação Superior do Sul de Minas Gerais no movimento das ocupações estudantis, no segundo semestre de 2016. E reflete principalmente acerca de material coletado e experiências vividas

¹ Doutor em Ciências Sociais. Professor da Universidade Federal de Alfenas/MG (Unifal-MG), atuando nos cursos de graduação em Ciências Sociais, Pedagogia e História e no Programa de Pós-Graduação em Educação. E-mail: <luis.groppo@gmail.com>.

durante evento de extensão promovido pelo Grupo, o Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, realizado em novembro de 2017.

Em seguida, o artigo apresenta nova pesquisa sobre as ocupações, iniciada em 2019, com apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), para a qual foi formada uma equipe de alcance nacional, envolvendo diversas universidades do país.

Ao final, destaca relatos de ocupas colhidos durante a pesquisa e o Seminário, bem como o esforço do Grupo de Estudos sobre a Juventude de denunciar as violações dos direitos de ocupas adolescentes, durante a ocupação e no pós-ocupação, para as autoridades estaduais de educação.

2. A ocupação, a pesquisa e o seminário.

Entre outubro e dezembro de 2016, quando aconteceu a ocupação por estudantes da universidade, o Grupo de Estudos sobre a Juventude mergulhou nessa ocupação. Promovemos atividades, como Mesa sobre a história dos movimentos estudantis e uma Roda de Conversa sobre relações entre gerações, na verdade, uma pequena parte de um imenso número de atividades propostas pelos estudantes ou oferecidas a eles durante uma ocupação de longa duração. Estudantes e docentes lutavam especialmente contra a PEC 241/55, mas também contra a Reforma do Ensino Médio.² Ainda durante a ocupação, o Grupo de Estudos buscou sistematizar suas experiências e a dos próprios ocupas, escrevendo um artigo que foi submetido, e posteriormente publicado, na revista ETD (Educação Temática Digital). Graças ao artigo, fizemos uma primeira sistematização de observações em campo e de entrevistas com estudantes da ocupação. (GROPPO et al., 2017).

Ao longo de 2017, o Grupo considerou necessário organizar um evento para rememorar essa ocupação da universidade, bem como outras ocupações estudantis no Sul de Minas Gerais. Realizou, então, o Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, fruto da inquietação diante do esquecimento promovido pelas instituições educacionais, Estado e sociedade de um movimento desafiador, criativo e múltiplo. O evento, apoiado

² Proposta de Emenda à Constituição nº 241/2016 (PEC 241), que altera as Disposições Constitucionais Transitórias, instituindo um novo Regime Fiscal que “congela”, por 20 anos, os gastos públicos com políticas sociais. Aprovada no mesmo mês de outubro de 2016 em regime de urgência pela Câmara dos Deputados, a PEC foi encaminhada ao Senado e recebeu novo número: PEC 55. Aprovada no Senado, a PEC 55 tornou-se a Emenda Constitucional 95.

pela Pró-reitoria de Extensão da UNIFAL-MG e pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) tinha a intenção de ser uma comemoração festiva. Contudo, o evento foi um banho de realidade, quando descobrimos um imenso manancial de dores e angústias por debaixo das memórias sobre as ocupações. Em parte relevante, também muitas e muitos ocupas queriam esquecer o que sofreram com o movimento, bem como as represálias no pós-ocupação. O Seminário forçou várias e vários a reviver o desgaste físico e emocional daqueles dias de intensa e longa participação em uma ação coletiva.

Analisamos os dados, tanto da pesquisa de campo quanto dos registros sobre o Seminário, a partir das categorias de Walter Benjamin acerca da história e da memória, bem como de Jacques Rancière sobre subjetivação política. Benjamin (1983) considera que a tarefa do historiador é a comemoração, a qual compara com o momento do despertar – breve intervalo entre o sonho e a realidade. A comemoração deseja redimir desejos de liberdade do passado, os quais se expressaram de múltiplas formas, incluindo as artísticas e as políticas. Konder (1989, p. 82-3) afirma que Benjamin defende “[...] o efetivo aproveitamento de toda a riqueza das experiências humanas do passado, em função das necessidades das lutas que travamos no presente [...]. O que os seres humanos quiseram e não obtiveram talvez possa ser alcançado um dia. É por isso que precisamos resgatar tudo”. Ou seja, é possível e necessária uma “salvação histórica para todas as aspirações libertárias do passado”.

A categoria da subjetivação política (RANCIÈRE, 1996) enfatiza dispositivos de subjetivação oferecidos ou criados no campo político para as/os jovens – em vez da imposição de valores e padrões de modo unidirecional por adultos. A categoria ultrapassa o caráter meramente integrador e unilateral da noção tradicional de socialização e socialização política, flagra adolescentes e jovens como seres com capacidade de participar, de modos próprios, da vida social e política, cujas demandas e ações alteram o espaço público e as pautas do debate coletivo, fazendo emergir novos atores e outras formas de atuar politicamente. (CASTRO, 2009).

A pesquisa “Ocupações secundaristas no Brasil em 2015 e 2016” nasceu da imersão do pesquisador e do Grupo de Estudos sobre a Juventude – por ele coordenado – nas ocupações estudantis ocorridas no Sul de Minas Gerais e, principalmente, das impressões profundas causadas pelos relatos de estudantes secundaristas em evento de comemoração desse ciclo de ações coletivas, o Seminário: Memorial das ocupações

estudantis (em novembro de 2016). Ela dá continuidade à pesquisa atualmente desenvolvida, sobre a formação política ensejada pela participação nas organizações juvenis atuantes na universidade pública pesquisada. Entretanto, agora, os sujeitos serão ex-estudantes de Ensino Médio que foram ocupas, como elas/eles se denominaram, em diversas partes do Brasil. Busca compreender a efetividade e a generalidade daquilo que foi indicado pelo Seminário, a saber, o profundo impacto subjetivo causado nas/nos ocupas pelo processo de ocupação e pós-ocupação de suas escolas, que promoveu e/ou dificultou sua formação e auto formação como sujeitos políticos.

Enquanto escrevia o projeto para esta pesquisa, encontrávamo-nos, eu e as/os integrantes do Grupo de Estudos sobre a Juventude, na última fase da pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis: Estudo dos processos educativos não formais e da formação política no interior de organizações juvenis de uma universidade pública de Minas Gerais”, coordenada pelo autor deste projeto e apoiada com Bolsa de Produtividade em Pesquisa pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), bem como por Bolsas de Iniciação Científica pelo próprio CNPq e pela FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais). Essa pesquisa iniciou-se em março de 2016 e se encerrou em fevereiro de 2019. Seu principal objetivo foi analisar a formação social e política no interior de coletivos juvenis atuantes na universidade, por meio de processos educativos não formais e informais, enfatizando as práticas e os sentidos desta formação. Diversos foram os coletivos pesquisados: organizações políticas, entidades estudantis oficiais (como o Diretório Central Estudantil e Centros Acadêmicos), coletivos culturais e grupos religiosos.

Desde sua proposição, a pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis” previa a possibilidade de não se limitar aos objetivos inicialmente declarados. Era preciso ter um olhar sempre aberto, por dois motivos. Um, o fato de que boa parte dos coletivos juvenis pesquisados era volátil, podendo ser classificados como “coletivos fluidos”, alguns deles surgindo, desaparecendo ou se recriando durante a pesquisa, diante de nossos olhos. (SILVA; CASTRO, 2013). Dois, a opção da pesquisa por ter um caráter etnográfico, adotando a observação participante do cotidiano das organizações e de possíveis ações coletivas como uma prática investigativa crucial. A etnografia impõe a abertura da equipe de pesquisa à surpresa do campo.

Justamente, uma excepcional ação coletiva aconteceu durante a observação: a ocupação da universidade durante quase dois meses, em 2016, que transformou completamente o cenário das organizações juvenis políticas desta universidade e interferiu no cotidiano dos demais coletivos, fossem eles religiosos, culturais ou esportivos. As/os estudantes da universidade estabeleceram frutuosas relações (que depois definham) com as/os secundaristas que ocuparam quatro escolas públicas de ensino médio no município sul mineiro pesquisado. Na verdade, a primeira ocupação no município foi iniciativa das/dos secundaristas. Assim como em outros estados do Brasil, as ocupações das escolas é que inspiraram as ocupações das IES (Instituições de Educação Superior) e, para além da motivação, as segundas usaram o modelo organizativo já adotado pelas ocupações secundaristas: assembleias decisórias e horizontais, divisão do trabalho em comissões, atividades de representação e comunicação com mídia e autoridades exercidas de modo rotativo (evitando a formação de lideranças) e preocupação com a paridade de gênero.

As ocupações tiveram um notável caráter formativo, tanto do ponto de vista da formação política – perceptíveis no modelo de organização, citado acima – quanto na proposição e exercício de outra condução das relações de ensino-aprendizagem: largamente autogestionária, contando com a colaboração de militantes e docentes que apoiaram o movimento (em um exercício de co-aprendizado entre gerações), combinando práticas inusuais na escola (oficinas, rodas de conversa, aulões [misto de assembleia e aula]) com práticas escolares tradicionais e, enfim, combinando a preparação ao ENEM (Exame Nacional de Ensino Médio) com temáticas formativas mais amplas (por vezes efetivando conteúdos determinados por lei, mas pouco presentes no cotidiano escolar, como a história e cultura afro-brasileira, as relações de gênero e a sexualidade).

No pós-ocupação, estudantes da universidade que apoiaram as ocupações secundaristas no município se aproximaram do Grupo de Estudos sobre a Juventude, por meio do qual foram escritos dois artigos em 2017, aceitos para publicação na Revista Três Pontos, além de trabalhos apresentados no II Simpósio Aproximações com o Mundo Juvenil, promovido pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, no início de 2018. Por meio dessa/desses estudantes que estiveram dentro da ocupação de uma escola, apoiando as/os secundaristas, passamos a ter maior conhecimento sobre a

dinâmica das ocupações secundaristas e seu cotidiano, bem como sobre as tensões, conflitos e dilemas vividos pelas/pelos ocupas.

Durante observação participante no CONUNE (Congresso Nacional da União Nacional dos Estudantes), em junho de 2017, em Belo Horizonte, ouvi o seguinte relato de uma estudante que participou da ocupação da universidade sul mineira. Durante alguns dias, ela foi olhada de modo enviesado por docentes que foram contrários à ocupação, mas, em uma ou duas semanas, tudo foi esquecido. “A universidade não tem memória”, disse a estudante como desfecho. Movido pela indignação desta tentativa de colocar nas sombras um movimento tão impactante na história da universidade, o Grupo de Estudos sobre a Juventude promoveu um evento de extensão que tinha a intenção de ser uma espécie de comemoração do primeiro aniversário da ocupação. Em novembro de 2017, durante três dias, aconteceu o Seminário: Memorial das ocupações estudantis. Ele teve três mesas, uma formada por pesquisadora e pesquisador, outra só com ocupas de escolas do Sul de Minas e a terceira só com estudantes de IES do Sul de Minas. Também, duas rodas de conversa, abertas, para debater sobre o movimento das ocupações no Sul de Minas e no país. Entretanto, o que era para ser apenas uma festa, foi também tempo de luto. Nas mesas com as/os ocupas, mas também nas rodas de conversa, foram inúmeros os relatos de sofrimentos vividos durante o processo de ocupação e as angústias diante das tensões e conflitos com discentes, docentes e corpo gestor que se opunham ao movimento (durante a ocupação e no pós-ocupação). Entre os relatos, notícias falsas veiculadas pela mídia local, invasões e agressões policiais no interior de escola ocupada (sob conivência da direção), perseguições a estudantes tidos como “líderes”, retaliações, ameaças, punições por parte de corpo docente e até agressões por parte da própria família e de outras/outros estudantes. Algumas ocupas se recusaram a participar da mesa, outra não compareceu, sem justificativa, enquanto outras e outros marcaram suas falas com registros de dor e muitas lágrimas. Não foi muito diferente nas rodas de conversa, envolvendo agora mais estudantes da universidade, que relataram os desgastes físicos e emocionais de uma longa ocupação, além das agressões sofridas da polícia em manifestações em Brasília e Belo Horizonte.

O impacto subjetivo que nós, comissão organizadora do Seminário: Memorial das ocupações estudantis, sentimos, foi revelador da própria carga subjetiva, pessoal, íntima, que o movimento das ocupações teve sobre seus sujeitos adolescentes e jovens – como aliás, qualquer movimento social tem. Algo pouco tematizado, tanto pelas

organizações políticas quanto pela própria academia, mas que apareceu como elemento central nos relatos de secundaristas e estudantes de IES neste Seminário, principalmente secundaristas.

Cabe ainda reafirmar algo que as/os “secundas” pareciam saber desde logo: não se deve superestimar, nem idealizar a prática das ocupações de escolas e IES. Lá no final de 2015, circulava pelas redes sociais, durante o movimento contrário à “Reorganização” das escolas estaduais paulistas, a Cartilha “Como ocupar seu colégio”. (O MAL-EDUCADO, 2015). A Cartilha, que explicava o formato das ocupações criado pelos Pinguins chilenos e secundaristas da Argentina, adotado nas ocupações no Brasil, lembrava que a ocupação é uma “tática”, nunca uma estratégia ou fim em si mesmo para o movimento estudantil. Como tática, ela pode ser viável e muito adequada, de acordo com o contexto social e político e conforme as pautas propostas. Assim, novas expressões das subjetividades políticas construídas durante o movimento das ocupações, caso venham a irromper, não precisam adotar a mesma tática e, conforme o contexto político, nem podem, nem devem.

O principal resultado esperado por essa pesquisa é a construção de conhecimentos inovadores a respeito das ações coletivas e movimentos sociais, já que a ênfase é sobre os resultados em médio prazo, que intentam mergulhar nas subjetividades de adolescentes e jovens, acompanhando seu processo de autoconstituição como sujeitos políticos. Esses conhecimentos, apesar de largamente qualitativos, não incidem sobre um único caso ou localidade, mas esperam abordar distintos exemplos do movimento das ocupações que abarcam todas as regiões do país, bem como considerarão os diferentes momentos do movimento das ocupações – desde seu início, no final de 2015, às últimas desocupações, no final de 2016. Outro resultado que espera ser muito impactante é a devolutiva de resultados da pesquisa também como ações de extensão universitária, envolvendo outras formas de divulgação do conhecimento (textos de divulgação, documentários e Portal da Internet) e o diálogo com adolescentes e jovens que participaram ou não das ocupações.

A pesquisa e os conhecimentos que se espera construir com ela são relevantes e impactantes por vários motivos, descritos a seguir. Primeiro, a possibilidade de conhecer mais profundamente um processo social – um conjunto de ações coletivas – de grande abrangência, que envolveu quase todas as unidades federativas do país.

Segundo, a possibilidade de conhecer os impactos a médio prazo desse processo social – considerando também o “pós-desocupação” - nos sujeitos envolvidos diretamente nele, do ponto de vista da sua formação e autoformação política e trajetória escolar – incluindo a possível busca de novos caminhos de transformação da escola, como o ingresso em cursos de Licenciatura e o desejo de ser outro tipo de docente.

Terceiro, trata-se de uma pesquisa de caráter nacional – ainda que não exaustiva – mas que não pretende se bastar em casos tomados das capitais ou grandes metrópoles. Ela deseja conhecer um pouco do processo de interiorização das ocupações. Não se deve desprezar o poder do “contágio” do movimento, em especial no segundo semestre de 2016. Por exemplo, praticamente todas as escolas do Paraná foram ocupadas, e não apenas sua capital e municípios maiores. No Sul de Minas Gerais, até mesmo uma escola municipal de Ensino Fundamental teve uma ação de protesto – uma espécie de ocupação simbólica, de um dia – em que pré-adolescentes e adolescentes colocaram todo um pequeno município, de menos de 10 mil habitantes, Campestre, para debater a PEC 55/142. Em Campestre, as/os estudantes enviaram cartas para as/os responsáveis, informando sobre a ação e seus motivos, conseguindo a compreensão e até apoio da população.

Outros motivos justificam a relevância e o possível impacto desta investigação. As atividades de extensão, conjugadas com a pesquisa, reabrem o mundo acadêmico a novas formas de conhecimento, formação e experiência, ensaiadas ou vividas durante as ocupações. A perspectiva longitudinal ou temporal, incidindo sobre os impactos subjetivos da participação de adolescentes em uma ação coletiva, podem nos levar a conhecer melhor o que significaram os processos de enfrentamento vividos pelas/pelos ocupas diante de autoridades e adultos, bem como tentativas de silenciamento, ocultamento na memória e a perseguição – no mínimo, uma denúncia e um alerta a quem é educadora/educador. Há também uma novidade deste movimento: adolescentes tomando a linha de frente de um movimento social, inspirando até mesmo o movimento estudantil universitário, demonstrando a fragilidade dos discursos do senso comum e até de certos pedagogos midiáticos, que diziam que pouco poderia se esperar das/dos adolescentes do ensino médio, supostamente alienados pelo consumismo e redes sociais, individualistas, com pouca atenção às questões políticas e sociais e “sem esforço”.

Acreditamos que a pesquisa possui grande potência pelo fato de ter nascido desde o diálogo com as/os estudantes que ocuparam as escolas, no Seminário:

Memorial das ocupações estudantis, levando o Grupo de Estudos sobre a Juventude da UNIFAL-MG a assumir a busca de conhecimentos sobre o movimento das ocupações secundaristas como tarefa premente. Penso que, tão interessante quanto a sua motivação, é a forma como esse projeto se construiu e como a pesquisa pretende se realizar, na medida do possível (em parte relevante, inspirada não apenas pelas organizações juvenis investigadas na pesquisa “A dimensão educativa das organizações juvenis”, mas pelo próprio formato das ocupações estudantis): de modo coletivo, horizontal, cogrido e desejante de benefícios para a adolescência e a juventude.

3. Relatos de ocupas e violações de direitos de adolescentes

Os relatos dos ocupas – autodenominação de tais estudantes – trazem um grande reconhecimento dos aprendizados suscitados por esta ação coletiva, inclusive o ensaio de novas formas educacionais, políticas e de relações de gênero. Tratam da auto-organização do espaço da escola ou da universidade, tanto para sustentar o cotidiano – comissões de alimentação, limpeza e segurança – quanto para realizar atividades políticas e formativas (assembleias, comissões de comunicação e negociação, atos públicos, manifestações, aulas públicas, rodas de conversa, oficinas etc.).

Quando esse movimento for discutido no futuro, não olharemos para as ocupações como um exemplo a ser seguido necessariamente, mas como uma experiência de coletividade que se mostrou uma alternativa possível ante o esgotamento das instituições representativas tradicionais. E esse resultado se fez por meio de mais de mil escolas ocupadas pelo país e mais de duzentas universidades. Não foi pouco barulho. (Graduando em História, nov. 2017).

Contudo, revelou-se também um grande manancial de angústia e mal-estar e, principalmente entre secundaristas, violações de direitos humanos, já que enfrentaram, durante as ocupações, ameaças e agressões, e, no pós-desocupação, intimidações e retaliações. Nesses momentos de conflito, as/os ocupas tentam se reinventar como sujeitos e manter o próprio movimento, apesar das adversidades. Em certos momentos, parece que as ocupações foram virando trincheiras, cercadas de adversários por todos os lados. Nessas experiências, as ocupações não eram apenas espaço criativo para que estudantes reinventassem as formas de lutar e ensinar-e-aprender, mas notadamente lugar em que número reduzido de ocupas mais insistentes se viu acossada por muitas

pessoas que se colocaram contra o movimento – docentes, gestão, responsáveis, representantes da sociedade civil e mídia.

A ocupação foi um processo massacrante... (Secundarista mulher, nov. 2017).

Entre os encaminhamentos do Grupo de Estudos sobre a Juventude, diante da pesquisa e do Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, decidimos cobrar da Superintendência e da própria Secretaria da Educação do Estado um retorno sobre as denúncias de violações de direitos contra as/os ocupas. Foram feitas inclusive fizemos duas intervenções públicas, interpelando diretamente representantes da Secretaria, com boa repercussão, ainda que, ao final, a decisão das autoridades tenha sido o arquivamento das denúncias.

Estudantes da universidade que acompanharam de perto as violações sofridas por secundaristas, nos estimularam a conhecer o que foram essas ameaças e agressões a secundaristas nas escolas, bem como a apoiar e participar de intervenções para a apuração de responsabilidades acerca dessas violações. Das quatro escolas ocupadas, em ao menos três houve denúncias de violações durante as ocupações e no pós-desocupação.

No caso mais grave, alguns pais, estudantes e outros adultos contrários ao movimento usaram porretes e marreta para abrir à força o portão da escola ocupada. Golpes de marreta foram desferidos não apenas contra o portão, mas também quebraram a perna da mãe de uma ocupa. Houve também a invasão da escola pela Polícia Militar, que agrediu estudantes e contou com a conivência da direção. Outras agressões e violações de direitos foram praticadas durante as ocupações e no pós-desocupação, em sua maioria nunca denunciadas, algumas guardadas para serem narradas apenas um ano depois, no Seminário Memorial das Ocupações Estudantis, como a agressão que um estudante sofreu da vice-diretora de sua escola, durante assembleia.

Em duas oportunidades, membros do Grupo de Estudos sobre a Juventude buscaram respostas de dirigentes estaduais da educação, em intervenções durante eventos. Primeiro, em dezembro de 2017, quando da passagem da Secretária no Sul de Minas, integrante do Grupo e ocupas secundaristas participaram de reunião com a Secretária e cobraram dela respostas sobre as denúncias acima citadas. A reunião foi desmentida e remarcada algumas vezes durante o dia, como se as pessoas que

organizaram a reunião quisessem evitar a presença de secundaristas. Não evitaram, mas dissuadiram uma presença massiva de ocupas. Ainda assim, se conseguiu uma virada na pauta do encontro, que teve de discutir sobre as violências nas ocupações e a negligência do Estado. Diante da fala da Secretária, que alegou não ter sido comunicada sobre as denúncias, assim respondeu a estudante do Grupo de Estudos:

Os secundaristas que participaram das ocupações, em sua maioria, não são organizados. Logo, eles não estiveram em nenhum outro espaço de debate, de luta, nenhum espaço no qual pudessem ser ouvidos ou falar sobre isso. Pelo contrário, voltaram para a escola, que fingiu que nada aconteceu, voltaram a conviver diariamente com professores, funcionários e pessoas que os reprimiram. Estamos perdendo jovens de luta, devido à negligência do Estado. Eles não querem mais estar presentes em processos de enfrentamento.

As ocupações estudantis no Brasil fizeram parte de um ciclo de protestos juvenis, iniciado em 2013, que trouxe grandes esperanças de aprofundamento de conquistas sociais. Ciclo que, entretanto, também foi acompanhado por forte repressão e o crescimento de movimentos conservadores e reacionários. Esses contra movimentos anunciam um tempo que é regressivo em matéria dos direitos de juventude, tanto quanto é negador da potência do movimento das ocupações e pouco se preocupará em averiguar as denúncias de violações que adolescentes e jovens foram submetidos durante o movimento das ocupações.

Ainda assim, nos esforçamos em registrar e revalorizar memórias de lutas de um movimento ímpar, que injustamente se quis colocar entre as relíquias inúteis da história. Contra a política do esquecimento, buscamos ativar, com o Seminário, sob inspiração de Walter Benjamin, a política da rememoração. Nós mesmos precisamos nos repensar e desafiar, buscando superar um sentimento ingênuo e mal informado, de que pouco poderia se esperar de adolescentes de escolas públicas de Ensino Médio – dada a precariedade dessas instituições e à suposta apatia política e alienação da adolescência das camadas populares.

Vale a pena seguir as sugestões de Jacques Rancière (2014), quando nos ensina que a política é criação, portanto, ruptura de uma dada ordem injusta supostamente consolidada. Ela, a política, acontece quando pessoas, até então consideradas como externas à comunidade dos que podem agir e falar, emergem como sujeitos políticos, atuam e falam justo nos lugares e nos momentos em que se esperava de tais apenas

passividade e docilidade. Quando a luta termina, as barricadas são desmontadas, as instituições são desocupadas e os sujeitos se calam – ou são calados –, mas apenas aparentemente a ordem de outrora volta a se instaurar. Uma ruptura muito profunda costuma se instalar, e as coisas devem se rearranjar de outros modos, ainda que a injustiça e a desigualdade teimem em se reconstruir.

Às/aos ocupas do Sul de Minas, os sujeitos com quem conversamos mais até então, parece que o lado negativo do retorno do que Rancière (1996) chama de “ordem policial” tem sido predominante, bem como as dores e angústias na subjetividade das/dos ocupas. Às/aos ocupas da universidade, isso apareceu mais na forma de uma rotina acadêmica heteronormativa, burocrática e extenuante que retorna, naqueles lugares em que foi inventada uma “família”, se improvisou um lar, foram feitas festas e jogos, se exercitaram outras formas de ensino e se organizou a luta. Às/aos ocupas secundaristas a violência se deu menos pela potência passiva da rotina e mais pela violação ativa de supostos sujeitos educadores e gestores. Foi mais cruel, levou ocupas a evadir, negar sua experiência riquíssima de luta ou contar os dias para terminar o Ensino Médio.

Referências

BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. *In*: BENJAMIN, Habermas, Horkheimer e Adorno. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Pensadores). p. 29-56.

COSTA, Adriana Alves; GOMES, Juaciara Barrozo; OLIVEIRA, Luiza Alves de. Discursos e memórias da ocupação estudantil na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. *In*: COSTA, Adriana Alves Fernandes; GROppo, Luís Antonio (orgs.). **O movimento de ocupações estudantis no Brasil**. São Carlos: Pedro & João, 2018a, p. 263-292.

CASTRO, Lúcia Rabello de (coord.). “**Falatório**”: participação e democracia na escola. Rio de Janeiro: Contracapa, 2010. Disponível em: www.nipiac.ufrj.br/producao2/item/.../178_2e350a6abfcb36bf1bef400e51012d01. Acesso em: 10 jun. 2018.

CASTRO, Lúcia Rabello de. Juventude e socialização política: atualizando o debate. **Psicologia: Teoria e Pesquisas**. v. 25, n. 4, p. 479-487, 2009.

GROppo, Luís Antonio et. al. Ocupações no Sul de Minas: autogestão, formação política e diálogo intergeracional. **ETD - Educação Temática Digital**, Campinas/SP, v.19, n.1 p. 141-164, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8647616>>. Acesso em 10 abr. 2017.

KONDER, Leandro. **Walter Benjamin**. O marxismo da melancolia. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

O MAL-EDUCADO. **Como ocupar um colégio?** Manual escrito por estudantes secundaristas da Argentina e Chile. 2015. Disponível em: <https://www.facebook.com/mal.educado.sp/posts/713559985444416>. Acesso em: 24 fev. 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**: política e filosofia. São Paulo: Editora 34, 1996.

SILVA, Conceição Firmina S.; CASTRO, Lúcia Rabello de. Para além das fronteiras convencionais do ativismo político: a inserção de jovens em “coletivos fluidos”. *In*: BEZERRA, Helena D.; OLIVEIRA, Sandra Maria de. **Juventude no século XXI**: dilemas e perspectivas. Goiânia: Cãnone Editorial, 2013, p. 14-44.